

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fossem incluídos para discussão os seguintes pontos: -----

----- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1. SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO -----

----- 7- Nomeação do Secretário das actas da Câmara Municipal. -----

----- 1.2. DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1. - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA -----

----- 2- Seguro de Acidentes Pessoais -----

----- 1.2.2. SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

----- 1- Nomeação do Funcionário responsável pelas Execuções Fiscais -----

----- 2- Nomeação do funcionário substituto do Tesoureiro -----

----- 3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

----- 3.1. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. -SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA -----

----- 2- Escola Primária e Jardim de Infância do Tojeiro - Orçamento da EDP, S.A. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **PROPOSTAS** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira** - O Presidente da Câmara começou por cumprimentar todo o Executivo e apresentou as suas saudações para o início do mandato. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que tinha exarado um despacho no passado dia sete de Janeiro do corrente ano, e de acordo com o disposto no número um do artigo quinquagésimo sexto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, designando como Vice-Presidente o Senhor Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado, a partir do dia sete de Janeiro de dois mil e dois. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou ainda que tinha exarado um despacho no passado dia sete de Janeiro do corrente ano, e de acordo com o disposto no número um da alínea c) do

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

número quatro do artigo quinquagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, no qual escolheu como Vereadores em Regime de Permanência, os Senhores Engº Abel da Silva de Oliveira Girão e o Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado, a partir de sete de Janeiro de dois mil e dois. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Quarta** – Deu conhecimento que hoje , pelas dezasseis horas, iria ser efectuada uma reunião geral com todos os trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- Disse ainda que, não a tinha convocado noutra data, para que coincidisse com a realização da presente reunião de Câmara e poder manifestar claramente a ideia de que neste pontapé de saída e depois do dia dezasseis de Dezembro, os desígnios do Concelho e da população estivessem em primeira instância e os instrumentos de trabalho passassem sem sombra de dúvida pelos Recursos Humanos desta casa, como uma das formas que tinham de enfatizar e ao mesmo tempo estimular, para assim poderem vir ao encontro dos desígnios que todos pretendiam; que era resolver as necessidades da população . -----

----- Mais disse que, deixava ali o convite feito a todos os Vereadores, para que, se assim o entendessem, participarem nesta reunião de trabalhadores, que não iria ser mais do que uma forma clara de manifestarem os seus cumprimentos públicos e apresentarem sobretudo desejos de estimular uma reorganização, uma formação e uma apetência para que os trabalhadores encarem o seu desafio, não do ponto de vista político, mas do ponto de vista profissional e de defesa dos interesses do colectivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO** -----

----- **Primeira** - Começou por saudar todos os membros do Executivo, obviamente na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, felicitar a coligação PSD/CDS pela vitória alcançada nas eleições autárquicas, fazendo votos para que os próximos quatro anos sejam anos de progresso e de franca cooperação entre os membros que compõem o Executivo e disponibilizar-se, assim como os elementos que compõem a sua bancada,, para dentro das competências que competem a cada um, colaborarem e trabalharem em conjunto, para que aquilo a que se propuseram venha realmente a acontecer. -----

----- Informou ainda que queria fazer um reparo, no sentido de sempre que fosse possível e sempre que estejam em causa outros grandes valores, dizendo que aquela primeira reunião de Câmara não tinha sido convocada dentro das normas em vigor. -----

----- Disse ainda que não tinha recebido nenhuma convocatória para aquela reunião, pelo que tinha na véspera telefonado para a Câmara Municipal, a solicitar que lhe

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

enviassem pelo menos uma cópia da Ordem de Trabalhos, sem qualquer formalidade, protocolo ou carta registada.-----

----- Além disso, gostaria de dizer que tinha feito um telefonema para falar com o Vereador Dr. Pedro Machado, mas o mesmo não teve oportunidade de o atender, tendo já no dia anterior feito chegar aquela preocupação, porque queriam participar nas coisas com elevada responsabilidade e daí que façam questão de preparar as reuniões. -----

----- Obviamente, e dado que era um direito que lhes assistia, o conhecimento da Ordem de trabalhos era fundamental e afinal vieram para ali sem preparar reuniões nenhuma, inclusivamente sabiam que o Regimento estava na Ordem de trabalhos e não tinham tido acesso a nenhum documento prévio, pelo que não se consideravam habilitados para discutir o assunto.-----

----- Eram apenas dois ou três reparos que gostaria que não viessem a repetir-se no futuro, pois impedia-os de serem tão positivos quanto era possível e desejável ser. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para deixar duas observações: a primeira, era de que dentro do prazo normal e exigido por Lei tinha assinado toda a documentação, que dizia respeito à convocatória daquela reunião. Na passada Terça-feira ficaram assinados todos os documentos e nesse mesmo dia seguiram, de acordo com a informação que tinha sido fornecida por parte dos Serviços, com aviso de recepção, através dos correios. -----

----- Outro aspecto, dizia respeito à questão do Regimento. Queria dizer que havia um zelo de democracia exagerado da sua parte, dado que nesta reunião, iria apenas ser entregue o documento para que o Executivo tivesse em seu poder, a tempo e horas para a discussão aprofundada desse mesmo documento na próxima reunião.-----

----- Como podiam verificar, o documento que estava a ser entregue, era o que estava em vigor, indo agora ser sujeito às alterações que todos em conjunto poderiam propor, para uma maior funcionalidade dos serviços.-----

----- Seguidamente pronunciou-se o Vereador Emídio Fidalgo dizendo que comungava das palavras proferidas pelo Vereador Victor Camarneiro, relativamente à forma como foram convocados. Pensava que no futuro que se avizinha iriam surgir outro tipo de situações pelo que poder-se-ia criar outro tipo de espaço, não lhe parecendo que aquela fosse a mesa ideal. -----

----- Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que também é sua preocupação e dos seus colegas de bancada, as preocupações do Vereador Emídio Fidalgo. Iriam tentar dar ao Salão Nobre novas funcionalidades às áreas do Poder Político,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

em termos de espaço, de qualidade dos equipamentos e em termos até do conforto que no fundo pretendem ter para o conjunto dos eleitos, nomeadamente a Assembleia Municipal e até a própria população. Pensava que o Salão Nobre deveria ser dignificado para actos mais solenes, em termos de funcionalidade política e de outras áreas para as quais tinham que rapidamente arranjar soluções. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - O Vereador Victor Camarneiro informou que, não iria falar sobre a Pista de Remo, mas sim, sobre um evento que se encontrava agendado para o fim de Agosto, do corrente ano, intitulado "Coupe de La Jeunesse". -----

----- Sugeria que, naquele caso concreto, o Vereador do Desporto ou a Câmara Municipal, tomasse em atenção e se inteirasse do assunto, pois que existia uma Comissão Executiva designada. -----

----- Tratava-se de um evento que presentemente estava em contagem decrescente e sobre o qual era preciso tomar decisões, fossem elas quais fossem, para que o processo não ficasse prejudicado com a derrapagem das decisões, ou então, que se suspendesse, que se acabasse, que se fizesse o que se quisesse, mas tratava-se de um assunto de carácter bastante urgente. -----

----- Chamava a atenção de que estava disponível para prestar todo o tipo de informação sobre o assunto. Julgava que também que não seria descabido promover uma reunião com o Presidente da Federação de Remo, que era o parceiro da Câmara Municipal naquele processo, mas sob pena de se poder denegrir a imagem nacional naquele contexto. Havia que tomar uma decisão tão urgente quanto possível. -----

----- Seguidamente, tomou a palavra o Presidente da Câmara para informar que, no dia em que tinha tomado posse, como Presidente da Câmara, cinco minutos antes o Senhor Dr. José Manuel Antunes, informou-o claramente, na sequência de uma reunião prévia que tinha havido uns dias antes, de que não tinha conseguido até aquela altura, a obtenção formal de documentos que garantissem um financiamento da obra que a Câmara já tinha lançado, adjudicado e que estava em execução, que era a construção da Pista de Remo. -

----- Mais disse que, o Senhor Dr. José Manuel Antunes, se tinha disponibilizado para junto do Governo, antes da sua tomada de posse, entregar-lhe a documentação que garantia o financiamento que lhe teria sido prometido em determinada altura, para poder participar na obra que já entretanto tinha sido lançada. -----

----- No passado dia cinco de Janeiro antes de ter tomado posse, teve a oportunidade de ter ido ao gabinete do anterior Presidente da Câmara, trocar impressões com ele e uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

vez mais, o mesmo lhe disse, que lamentavelmente e estaria extremamente indisposto com o que teria acontecido, pois não tinha conseguido obter nada que lhe pudesse dar a garantia daquilo que verbalmente lhe tinha dito. E o que era que ele lhe tinha dito? Que haveria a hipótese de através do Ministério do Desporto, vir uma comparticipação, com base numa candidatura efectuada para aquela mesma pista, e ao mesmo tempo, através de uma démarche feita junto do Senhor Secretário de Estado do Turismo, haver uma comparticipação complementar. -----

----- Por uma questão de princípio e de responsabilidade não quis utilizar aquela informação no dia da sua tomada de posse e de todos os membros que ali estavam, porque julgava que, e inequivocamente, já tinha manifestado ao longo do período de campanha, e ali voltava a reiterar, que era um defensor intransigente do projecto da pista de remo. -----

----- Porém, achava que o mesmo tinha sido extraordinariamente mal conduzido, por parte do Executivo anterior, na forma da solução da sua concretização e fundamentalmente do seu financiamento. -----

----- Reconhecia o valor de tal projecto, mas achava que, das duas uma, ou alguém do Executivo se tinha colocado em bicos dos pés, ou alguém da parte do Estado tinha metido a cabeça na areia. -----

----- A circunstância actual é que estava com uma equipa à frente dos destinos do Município, tinha uma obra que tinha sido lançada por cerca de seiscentos e setenta e três mil contos sem IVA, que ao fim de três a quatro meses, tinha cerca de cento e sessenta e três mil contos de obras a mais já lançadas. Se se acrescentar o IVA está-se a falar de novecentos e tal mil contos, tendo o conhecimento prévio que aquela primeira fase, não tinha sido lançada na sua totalidade, para que não acarretasse dificuldades de gestão daquele mesmo processo, o que para serem sintéticos, aquela primeira fase comportaria se calhar um investimento muito próximo de um milhão e duzentos mil contos e para o qual, no máximo dos máximos, se vierem a ser salvaguardados os financiamentos que tinham sido referidos nessa altura pelo Dr. José Manuel Antunes, a Câmara não terá mais do que quatrocentos e vinte mil contos, ou seja um terço do seu custo. -----

----- Estando a viver nesta primeira fase de utilização de empréstimos feitos pelo Município que ascenderam a cerca de quinhentos mil contos afectos a esta projecto e que estão a reduzir a capacidade de endividamento da Câmara, no lançamento de outros projectos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Tinha tido a oportunidade de na véspera e na antevéspera e mesmo hoje, depois da conclusão da presente reunião, proceder do ponto de vista formal, ao envio ao Senhor Ministro do Desporto, ao Senhor Secretário de Estado do Turismo e ao Senhor Gestor do Programa para o Desporto, um pedido de audiências urgentes, para que, pessoalmente, lhe seja transmitido o ponto da situação e lhe seja dito claramente aquilo que iria ser a postura próxima do Estado. Tem utilizado a palavra Estado porque a sua postura será a mesma no futuro, independentemente da cor política do Governo, na defesa intransigente dos direitos que o Município tem que ter, para formalizar clara e inequivocamente a apresentação de um projecto que achava de valor intrínseco para a região e para o País. -----

----- E, dentro desse âmbito, nos contactos que na véspera tinha mantido, tinha tido a promessa do Gestor do Programa do Desporto, que seria enviado com brevidade um Contrato-Programa, que terá que ser subscrito pelo Ministro do Desporto, pelo Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e pelo Presidente da CCR Centro, no sentido de vir a ser disponibilizado o apoio, no contexto de uma candidatura que tinha sido apresentada, de quatro milhões quatrocentos e noventa mil quinhentos e noventa e sete virgula sessenta e seis cêntimos, que tinha sido considerado pela área do desporto ilegível, dentro daquele programa operacional. Apenas a quantidade de três milhões cento e oitenta e seis mil zero quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos, com uma comparticipação possível de um milhão quinhentos e noventa e três mil zero vinte e três euros ponto trinta e um cêntimos, em números redondos, trezentos e dezanove mil trezentos e setenta e dois contos e quinhentos escudos, ao qual poderá vir a ser acrescido, um apoio, para o qual ainda não tinha feed-back que o ratificasse, de uma hipótese de participação da Secretaria de Estado do Turismo, até ao montante máximo de dez por cento do valor final estimado pelo Executivo anterior, do custo da primeira fase, ou seja, estaria a falar na casa dos cem a cento e vinte mil contos. -----

----- Em números redondos, estava a falar no máximo de quatrocentos e cinquenta mil contos. Era claro e inequívoco da sua parte e gostaria de ter a sensibilidade de toda a Câmara, de que aquilo era manifestamente insuficiente, de que iria pautar a sua conduta política, por uma reeinvindicação forte, no âmbito da concretização de maiores apoios. ----

----- Sabia que se estava a entrar num período conturbado de luta política pela gestão nacional, pensava também que era o momento adequado para que, elevando os interesses concelhios acima dos interesses partidários, poder-se aproveitar sempre em nome da melhor gestão e da satisfação do nosso objectivo uma luta conjunta para obter, seja junto do poder actual, seja do poder que decorra das eleições de dezassete de Março

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

inequivocamente uma alteração clara do Estado, para com aquele projecto da Pista de Remo.

----- Tinha ouvido, na véspera, justificações para o qual a devido tempo iria tornar pública a sua contrariedade, o seu repúdio e a sua denúncia de que, se mais não havia, por exemplo na área do Desporto, era porque o Euro dois mil e quatro, sobretudo na Região Centro, onde três estádios na cidade de Coimbra, Aveiro e Leiria, teriam tirado toda a capacidade financeira de actuação. -----

----- Não subscrevia e não iria ter um discurso favorável, a que por exemplo, sem por em causa o valor do estádio municipal de Coimbra, mas do valor que lhe está anexo, de investimento para a realização de dois jogos nesse mesmo Euro dois mil e quatro, e para aquilo que era normal verificar-se na sua utilização, aos Domingos pela assistência aos jogos, se esteja a dispendir tanto dinheiro, em detrimento de um factor endógeno de desenvolvimento inter-regional, que poderia beneficiar não só, e ali concretamente, teriam que ter uma análise supra-municipal, do investimento que tem para além do impacto nacional, que não era questionável, um impacto regional que não tem dimensão de medida. -----

----- Era aquela a sua postura e iria ser aquele o desafio que iria fazer a todos os Vereadores. Dentro daquele âmbito, estava disponível para encarar dentro do seu Executivo, toda e qualquer demarche e todo e qualquer lobby, que possibilitasse que rapidamente se encontrem soluções. Mas, se aquelas soluções acarretarem empenhamento da Câmara, do Município, manifestará politicamente de uma forma transparente para com a população que o elegeu uma discussão pública dessa matéria. ---

----- Mais disse que, caso fosse necessário, poria quando tivesse documentação cabal para poder sustentar aquelas posições, uma discussão primeiro do órgão, depois pública da necessidade de não por em causa a concretização da obra, mas se for necessário, e aquilo iriam ser casos extremos para os quais teriam que estar preparados.

----- Não iria preterir a pista de remo, mas poderia vir a preterir, por exemplo, uma iniciativa que o obrigue a ter que ter uma gestão financeira, de uma obra que possa aquilatar num desfasamento temporal e que não ponha em causa o objectivo final, mas que não possa acelerar, caso não tenha disponibilidades financeiras para o fazer. -----

----- O que pressupõe é que haja desde já uma postura de prioridade dos interesses municipais, uma clareza inequívoca de situação, de que estavam todos no mesmo barco, mas que não podiam por uma questão de voluntariedade em demasia a afundar aquele

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

mesmo barco. Em primeira instância estão os Polos Industriais Concelhios, as Piscinas, os Centros Históricos, o Saneamento, a Educação e a Solidariedade Social. -----

----- Disse ainda que, na véspera também tinha tido uma informação, quando discutiu aquele assunto, de que estaria para já, definitivamente encerrado em termos de prioridade, aquilo que pensava que durante algum tempo, e do ponto de vista que desconhecia na profundidade, que teriam sido alguns entraves ao desenvolvimento daquele projecto, que seria uma hipótese de apoio a um outro projecto similar a cerca de sessenta quilómetros deste Concelho. -----

----- Pensava que, para já e politicamente estaria definitivamente secundarizado. Mais uma razão para reforçar, e nesse aspecto, teria toda a receptividade para qualquer achega que a Vereação quisesse dar. Aquele discurso político sustentado em duas coisas: A obra não parará, a Pista tem que vir, mas tem que se exigir claramente ao Estado, uma forma diferente de lidar com o actual Executivo. -----

----- Aquela era a sua postura e o seu desafio. Em relação à necessidade de entrosarem formas de potenciar os seus objectivos, estava totalmente disponível e não tinha sido por acaso que tinha querido ficar com os Pelouros do Turismo e do Desporto, para não só manifestar o seu interesse, como toda a prioridade e dedicação àqueles projectos. -----

----- Interveio de novo o Vereador Victor Camarneiro, para dizer que, obviamente a sua posição tinha sido sempre conhecida sobre o assunto, e julgava que muitas vezes era preciso correr riscos e tinha a certeza absoluta, que a última afirmação do Presidente da Câmara, não se verificaria se a Pista de Montemor não tivesse avançado. -----

----- Aquele era um aspecto importante, que podia ser um bocadinho maquiavélico. Política era uma mistura de interesses pessoais e de maquiavelismo e aceitava que algumas questões não tinham sido bem tratadas, no Executivo passado. Há muito tempo tinha defendido que deviam ser desafiados os privados, a participar no projecto, porque estava convencido que uma participação de entidades privadas no projecto, podia ajudar a financiar aquele investimento. -----

----- Gostaria, no entanto de transmitir que do seu ponto de vista havia soluções e que a seu tempo se veriam as mais valias daquele projecto. -----

----- Havia por exemplo, naquele momento, dez selecções nacionais que queriam começar a utilizar a pista, a partir de Julho, para estágios de longa duração, três semanas, um mês, cinco semanas, com comitivas de sessenta, setenta, cento e vinte atletas de alta competição. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Era claro, que se poderia colocar a questão, se Montemor iria beneficiar daquilo ou não e em que medida? Mas ali os privados também teriam que agir, não podia só fazer um muro de lamentações e não reagirem e aproveitar as oportunidades que lhes serão proporcionadas. -----

----- Disse ainda que estava disponível para colaborar em todo aquele processo, com todas as suas vicissitudes e também a fazer coro nalguma reivindicação, perante as entidades nacionais e não só. -----

----- Julgava que também não estavam esgotadas todas as possibilidades ao nível do quadro comunitário de apoio, porque havia uma componente e disponibilizava-se para fornecer um projecto de requalificação ambiental para toda a envolvente da pista, poço da cal, zona ribeirinha, que lhe tinha sido oferecido por uns biólogos e que podem ajudar inclusive, uma parte dos investimentos e da requalificação em curso especialmente, para além da área desportiva, que possam também concorrer a outro tipo de programas, como o Life ambiente etc. e daí ir buscar também apoios significativos -----

----- Queria ainda dizer que "Coupe de La Jeunesse", era a prova do calendário internacional europeu. Era uma prova pouco importante, do ponto de vista das exigências logísticas, precisando apenas de um plano de água balizado, porque depois as outras infra-estruturas complementares, podiam ser infra-estruturas ligeiras, inclusive temporárias. -----

----- A complexidade de organização não existia, a coincidência da "Coupe de La Jeunesse", tinha a ver apenas, com uma grande possibilidade, de pela primeira vez, aquele evento se realizar em Portugal, mas também por ser fácil fazê-lo, atraindo a Portugal doze países e dar a conhecer e promover o complexo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL -----

----- 1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1- PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi dito que, dado que se estavam a integrar no momento de passagem de testemunho, apercebendo-se concretamente do funcionamento de algumas das áreas da casa e ao mesmo tempo tentarem num espaço curto de tempo, apresentar algumas soluções, que como necessariamente toda a gente compreenderá, são necessárias para ajustar a uma filosofia ou a uma estratégia que pretendiam que ela seja cada vez mais alargada do ponto de vista político. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Dizia que iriam manter a situação que se vinha repetindo, de promover reuniões ordinárias, com periodicidade quinzenal, pelo que apresentava a seguinte proposta: -----

----- "Dispõe o número um do artigo sessenta e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro de que a Câmara Municipal terá uma reunião ordinária semanal, salvo se reconhecer a conveniência em que se efectue quinzenalmente". -----

----- Considerando que, esta Câmara Municipal foi recentemente eleita e importa, por isso, tomar contacto não só com todos os processos existentes como também com aqueles que importa começar a desenvolver, proponho, por este facto e por ser de toda a conveniência, que as reuniões ordinárias se realizem, quinzenalmente, às sextas-feiras, pelas dez horas, a partir do dia um de Fevereiro do corrente ano. -----

----- Em todas as reuniões ordinárias haverá período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro. -----

----- Disse ainda que, iria manter aquela funcionalidade até ao momento em que julgassem pela necessidade dos Serviços e das competências que lhe forem atribuídas e na sequência dos pontos que se seguirão, poderão ou não vir a optar por uma outra forma de realização de reuniões, em espaço de tempo mais curto. -----

----- Nesta primeira fase não se justificava e parecia-lhe que isso tinha sido ultimamente uma forma de funcionamento do órgão que gostaria de manter. -----

----- Referiu ainda, que escolhia a Sexta-feira para a realização da reuniões de Câmara, porque e como factor adicional que tinha a ver com a estruturação funcional da sua bancada, iria ser o dia que também dedicaria a um atendimento público, a todos os munícipes, por parte da Presidência e dos Vereadores em Regime de Permanência, no espaço temporal que vai ser designado entre as dezasseis e as vinte e uma horas, de todas as Sextas-feiras. -----

----- Dado que era a grande preocupação deste Executivo, uma aproximação clara e uma abertura total aos munícipes e dar-lhes condições, para que muitos deles que exercem as suas vidas profissionais até às dezoito ou dezanove horas, terem tempo da parte de quem eles elegeram, para os poderem atender sem a preocupação de estarem a lesar os seus direitos, enquanto funcionários e profissionais activos nos seus diferentes locais. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

- **2- DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS.** -----
- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----
- Nos termos do artigo sessenta e cinco, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, proponho que a Câmara Municipal me delegue as seguintes competências :-----
- De acordo com o número um, as alíneas :-----
- b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;-----
 - c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros; -----
 - d) Deliberar sobre a locação e aquisição de bens móveis e serviços nos termos da lei;
 - e) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;-----
 - f) Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até mil vezes o índice cem das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública; -----
 - g) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respectiva deliberação seja aprovada por maioria de dois terços dos membros em efectividade de funções;-----
 - l) Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito do projectos educativos, nos termos da lei; -----
 - m) Organizar e gerir os transportes escolares; -----
 - n) Resolver, no prazo máximo de trinta dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios que lhe sejam apresentados de todas as deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados ; -----
 - q) Aprovar os projectos, programas de concurso, caderno de encargos e a adjudicação relativamente a obras e aquisição de bens e serviços ; -----
 - r) Dar cumprimento, no que lhe diz respeito, ao Estatuto do Direito de Oposição; -----
 - s) Deliberar sobre a administração de águas públicas sob sua jurisdição; -----
 - t) Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município; -----
 - u) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;
 - v) Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios; -----
 - x) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável; -----
 - z) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais nocivos ; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- aa) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;-----

----- bb) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.-----

----- De acordo com o número dois, as alíneas :-----

----- d) Executar as opções do plano e o orçamento aprovados;-----

----- e) Elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de prestação de contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo; -----

----- f) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados , por lei, sob administração municipal; -----

----- g) Participar em órgão de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para efeitos estabelecidos na lei; -----

----- h) Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades de administração central; -----

----- i) Designar os representantes do município, nos conselhos locais, nos termos da lei;-----

----- l) Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal;-----

----- m) Assegurar em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, a classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal. -----

----- De acordo com o número três, a alínea :-----

----- b) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei; -----

----- De acordo com o número quatro, as alíneas :-----

----- c) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal; -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- e) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos na lei. -----

----- De acordo com o número cinco, as alíneas : -----

----- a) Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação, ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; -----

----- b) Realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos; -----

----- c) Ordenar, procedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; -----

----- d) Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos. -----

----- De acordo com o número sete, as alíneas : -----

----- b) Administrar o domínio público municipal, nos termos da lei; -----

----- d) Exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3- DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES:** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi dito que, segundo alguma leitura que fazia do sistema autárquico que se tinha actualmente, não lhe competia fazer um juízo de valor, embora tivesse uma opinião acerca disso, achando que actualmente o modelo autárquico era sem sombra de dúvida, porque a Lei assim o permitia, demasiado Presidencialista. -----

----- Também tinha a consciência clara de que, deveria conseguir-se criar um funcionamento colegial do órgão executivo, mas que respeitasse intrinsecamente as competências que neste momento existem e a forma de as sub-delegar. De qualquer maneira, pensava, porque não iria utilizar qualquer forma de hipocrisia de gestão, que queria implementar em parceria com todos dentro desta Câmara, distribuir funções, que eram meramente residuais, ou que fossem de certa maneira interpretadas, como uma forma marginalizada da intervenção das suas competências na gestão municipal, não estava nas suas intenções. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Pensava e tinha essa concepção, quer como político, quer como técnico, de que no presente caso, a maioria que por vontade popular estava à frente dos designios do Município, devia assumir na sua íntegra a totalidade da responsabilidade da gestão do Município. -----

----- Ficava assim salvaguardado, uma assumpção total, que terá sempre, contudo, da sua parte enquanto primeiro responsável naquela matéria, toda a abertura, para que em qualquer momento possa haver a leitura e a visão de toda a envolvimento de intervenção, que pretende que seja séria, transparente e honesta. -----

----- Nesse sentido, apresentava a seguinte proposta: -----

----- Nos termos do número um do artigo sessenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, incumbio as seguintes tarefas específicas dentro das áreas abaixo indicadas aos Vereadores desta Câmara Municipal, de acordo com o a seguir discriminado: -----

----- **Vereador, Dr. Pedro Manuel Monteiro Machado:** -----

----- -Acção Social e Saúde; Educação; Formação e Emprego (Escolas Profissionais); Desenvolvimento Económico (Comércio e Feiras); Juventude e Tempos Livres; Cultura e Associativismo; Boletim Municipal; Transportes Escolares. -----

----- **Vereador, Engº Abel da Silva de Oliveira Girão:** -----

----- -Desenvolvimento urbanístico - Habitação; Loteamentos e Obras Particulares; Infraestruturas básicas (saneamento e águas); Acessibilidades/transportes; Cemitério; Higiene e Saúde Pública; Urbanização (Obras Públicas Municipais). -----

----- **Vereador, José Ferreira Marques:** -----

----- Relações inter-institucionais com as Juntas de Freguesia; Ambiente; Espaços Verdes e Conservação da Natureza; Desenvolvimento Económico (Agricultura e Desenvolvimento Rural); Trânsito e Estacionamento; Toponímia e Sinalética; Fiscalização Sanitária. -----

----- Em função das tarefas desenvolvidas nas áreas acima discriminadas, os Senhores Vereadores, prestarão informação detalhada sobre o desempenho das mesmas, nos termos do número três do artigo sessenta e nove da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de 18 de Setembro. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, para dizer que obviamente aquela era uma das duas saídas possíveis, para aquele processo. Quem ganhava, obviamente tinha a responsabilidade de definir as regras do jogo. De qualquer maneira, estranhava pela prática destes anos todos, de democracia nesta Câmara Municipal e neste Concelho, pela

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

forma anunciada de colaboração ou pelo menos de integração de todos os destinos do município, que à oposição não fossem distribuídas quaisquer tarefas. -----

----- Não que isso para a oposição fosse relevante, pois todos tinham as suas actividades e já tinham muito que fazer, tinha a ver apenas com o realçar do princípio de acumulação de todas as funções. Fosse como fosse, do seu ponto de vista e a sua posição, já que estavam a ter conhecimento daquilo naquele momento, era a de se abster, não de votar contra, pois considerava isso um direito legítimo de quem ganhava, mas considerava do ponto de vista político, subjectivo, porque, atendendo àquilo que se ia observando um pouco por todo o país e à forma de fazer política, outros exemplos lhes têm sido apresentados, que não iam ao encontro daquele e que com o qual concordava mais. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Vereador António Fidalgo, para dizer que, estava plenamente de acordo com as palavra proferidas pelo Vereador Victor Camarneiro, pois quem ganhava tinha o poder e usava-o da forma que entendia. -----

----- No entanto, mantinha a sua disponibilidade enquanto Vereador, para estar não só atento, como participar em todos os actos do destino do Concelho. -----

----- Por isso, gostava que lhe fosse facultada uma cópia do documento da distribuição de funções, para ficar devidamente documentado. -----

----- Por outro lado, votava favoravelmente, pela simples atitude de achar que o Concelho tinha votado maioritariamente no PSD e este fazia aquilo que muito bem entendia. -----

----- No entanto, com uma ressalva, não iria inviabilizar absolutamente nada, votava favoravelmente, porque no fundo também os iria responsabilizar ainda mais, da forma como iriam estar a fazer tudo aquilo que estavam a fazer. Contavam com o seu empenhamento e sobretudo com a sua atenção em pormenor sempre que fosse indispensável. Iria estar perfeitamente atento a todas as coisas. -----

----- Pronunciou-se de seguida o Vereador Pedro Machado, começando por pedir desculpa ao Presidente da Câmara por ainda não ter cumprimentado o Executivo, logo no início da reunião, mas no decurso normal dos trabalhos, pareceu-lhe que o Presidente da Câmara, o tinha feito em nome da bancada ou naquele caso em nome dos Vereadores que estavam em regime de exercício de poder, como foi usada a expressão, pretendendo essencialmente dizer duas ou três notas, que lhe pareciam relevantes naquela fase. -----

----- A primeira - em seu nome pessoal, porque o Presidente da Câmara responde ou já respondeu a seu tempo, pelo agradecimento e pela disponibilidade, com que a bancada do Partido Socialista, endereçou os cumprimentos no início dos trabalhos, para que este

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

fosse realmente um mandato profícuo, em função dos designios a que todos se propuseram, pelo que, em seu nome pessoal o agradecimento pela vossa cortesia. -----

----- Em relação à questão que estavam ali a falar naquele momento, da distribuição ou não de funções ou tarefas e que essa possa ou não simbolizar uma estranha forma de gerir ou não, o exercício dos quatro anos de mandato, pensava que o Presidente da Câmara tinha sido claro no início da intervenção, quando disse que era seu propósito, dignificar as condições de trabalho, para que todos os Senhores Vereadores pudessem ter o mínimo de condições de cumprirem os designios para os quais se elegeram. E o mínimo de condições de trabalho para que todos os Vereadores possam de alguma forma, não só fazerem o seu trabalho pessoal, mas também o atendimento aos munícipes parecia-lhe desde logo ser um traça diferenciadora de alguma prática habitual dos últimos anos, no que tocava a dar a possibilidade, mesmo ainda de ter distribuído funções e de todos eles terem um papel activo e permanente na casa, ao serviço da Comunidade. -----

----- No respeitante à distribuição de tarefas e partindo do sublinhado, de que aquele era um regime quase todo Presidencialista, pensava que quem naquele momento assumia as maiores responsabilidades, devia-as assumir na sua plenitude, ou seja, se foi eleito, se fez um juramento no dia cinco de Janeiro perante o Concelho e perante os seus concidadãos, que iria tomar a pulso a responsabilidade de os conduzir durante quatro anos. -----

----- Pensava, que devia fazer tudo isto, na sua plenitude. Não lhe parecia que havia ali maior ou menor consideração, pelo facto de não ter distribuído algumas tarefas, que essa sim , lhe parecia que num passado recente, não teriam dignificado muito o estatuto da oposição. Achava que era mais dignificante para a oposição naquele caso. Chamavam oposição e que era basicamente trinologica, mas o que parecia, era que estava ali um Executivo, com quatro Vereadores, que representavam a maioria e que tinham funções atribuídas e mais três vereadores, que também faziam parte desse Executivo, não eram oposição ao outro Executivo, eram parceria. Provavelmente com ideias diferentes e nesse sentido parecia-lhe ser mais dignificante ainda que exercessem um direito fiscalizador sobre o trabalho que este Executivo se propôs fazer. -----

----- Por isso, não concordava com a forma estranha de exercer o poder nestes quatro anos, concordando sim, que haja uma forma de responsabilização por si próprio e por aqueles que acompanham em relação a este mandato. -----

----- Obviamente, que com as premissas que o Sr. Presidente tinha dito, de transparência, rigor e lealdade, para com este Executivo, aí sim estavam garantidas todas as condições para que também os Vereadores que neste momento representam o Partido Socialista

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

possam ter esse estatuto adquirido. Era esse o seu entendimento, estando certo que era esse o entendimento da sua bancada e pensava que tinha sido isso que o Presidente da Câmara tinha querido transmitir. -----

----- Quanto à participação, ao apoio e à colaboração, fazia apenas um pequeno reparo - o Vereador Victor Camarneiro, tinha dito que o tentou contactar e não tinha sido possível - confessava que aquela tentativa de contacto não lhe tinha sido transmitida, embora estando em permanência, era óbvio que quando o Sr. Vereador quisesse e pudesse contactá-lo, o poderia fazer, durante o dia, ou por telemóvel, ou na Câmara, pois estaria sempre disponível para o atender e para todos aqueles que fazem parte do Executivo. -----

----- Além disso, a partir deste momento, pedia desculpas pelas falhas que poderiam entretanto vir a surgir, durante os próximos quatro anos, mas apesar das divergências e das diferenças de opinião, existia acima de tudo, uma relação pessoal e política que lhe parecia estar acima de qualquer dúvida, que era o espírito democrático com que sempre se enfrentaram as tarefas. Referia-se ao Vereador Henrique Ramalhete e ao Vereador Emídio Fidalgo, dado que nos últimos anos sempre se pautaram por terem tido um relacionamento político e pessoal acima de qualquer suspeita e aquela assunção de responsabilidades por parte do Presidente da Câmara ou por proposta sua, não deixava de dignificar na mesma, a posição e o direito do estatuto da oposição. -----

----- Pronunciou-se de seguida o Vereador Victor Camarneiro, para dizer que esperava que o Vereador Pedro Machado, não fosse dissolver a Assembleia Municipal, pois o papel fiscalizador dos órgãos autárquicos são supostamente exercidos pela Assembleia Municipal.

----- O Executivo se existia, era para executar. Naquele caso concreto, ficaram separadas as águas, pois existia um Executivo que ia executar da parte da maioria que venceu as eleições e existia depois a oposição que não ia executar nada, mas que iria estar atenta e apresentar as suas próprias propostas, fazendo o trabalho que tinha que fazer. -----

----- Queria apenas realçar, que como tinha sido dito pelo Vereador Pedro Machado, encontravam-se ali duas forças políticas diferentes, uma que representava uma coligação, outra que representava o Partido Socialista. Tinha ficado claramente visto na distribuição de funções, que aquelas forças políticas existiam. Não tinha havido ali, a intenção de as harmonizar ou de co-responsabilizar nas tarefas executivas, tendo sido esse o registo que apenas quis fazer, para que constasse e para que obviamente lhes concedam o direito de se portarem na posição em que tinham sido colocados, que era a posição de oposição,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

sem quaisquer tarefas executivas e sem quaisquer responsabilidades. Apenas aquilo e mais nada do que aquilo. -----

----- Quaisquer outros discursos, que seriam sempre bem-vindos e até agradáveis porque senão as coisas ficariam muito monótonas, faziam parte também da componente recreativa que ali deveria haver e boa disposição, mas que as coisas não sejam adoçadas porque elas são como são. A maioria teria todas as funções executivas, a oposição não teria quaisquer funções executivas. -----

Tomou a palavra o Vereador Emílio Fidalgo, para dizer que a posição que tinha tomado, tinha sido em função também do que se tinha passado nos últimos anos. É que ao contrário de outros anos, normalmente a oposição rejeitava os Pelouros, ainda bem que não tiveram a possibilidade de rejeitar absolutamente nada e por isso tinha dito que votava favoravelmente ia ao encontro daquilo que a população disse. -----

----- Por outro lado, também pretendia desejar felicidades, tanto ao Vereador Pedro Machado, como ao Vereador Abel Girão, pessoas que os conhecia há muitos anos, nomeadamente o Vereador Abel Girão, conhecendo as capacidades de qualquer um deles, para desempenharem as tarefas, principalmente como Vereadores a tempo inteiro.

----- Disse ainda que, não punha de lado também a capacidade do Vereador José Marques. Sabia que aquele dois Vereadores, iriam ficar com tarefas fortes do desenvolvimento do Concelho e que poderiam dar uma imagem diferente. Por isso, desejava-lhes muitas felicidades, podendo contar sempre com o seu empenhamento. -----

----- Solicitava os contactos dos Vereadores da bancada da maioria, para que pudessem sempre que necessário, estar mais rapidamente em contacto para conversar, ou trocar opiniões, independentemente dos dias das reuniões de Câmara. Estavam ali em funções políticas e não de fiscalização, porque quer se queira quer não, estavam ali a representar um partido político e a fazerem a política que sempre fizeram. -----

----- Seguidamente interveio o Presidente da Câmara, agradecendo as palavras proferidas e antes de concluir para a votação final, apenas quis referir uma questão. -----

----- Em relação ao modelo funcional e que estava dentro das competências e das atribuições, existia um aspecto que para si era basilar. -----

----- Achava que no futuro, a importância da obra feita iria competir a todos, com a responsabilidade acrescida que eram eles que a tinham que por em marcha. Pensava, por aquilo que tinha conhecido quando por esta casa tinha passado, que havia algo de muito importante que poderiam fazer em parceria, sobretudo com uma discussão sobre a estratégia do futuro do desenvolvimento para o Concelho, que todos ambicionavam, o que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

nunca tinha sido feito em discussão aberta e se calhar bem clara. Esse iria ser um dos aspectos em que se calhar iriam ter algumas reuniões ali, em que não precisarão de agenda, nem de ordem do dia, mas tinham que colocar em cima da mesa em discussão, projectos, objectivos e estratégias, porque essas sim ,estavam a quatro anos, se calhar de poderem expirar quando o Quadro Comunitário acabar. -----

----- Após todos estes considerandos, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com quatro votos a favor do Presidente da Câmara, Vereadores Pedro Machado, Abel Girão, José Marques, Emídio Fidalgo e duas abstenções dos Vereadores Victor Camarneiro e Henrique Ramalhete, aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 4- NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CÂMARA EM DIVERSAS

----- ENTIDADES. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Proponho como representantes desta Câmara Municipal nas Entidades a seguir indicadas os seguintes Membros: -----

----- **Associação de Municípios do Baixo Mondego e Gândaras:**-----

----- Presidente da Câmara - Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr. -----

----- Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- Vereador Abel da Silva de Oliveira Girão, Engº -----

----- **Comissão Regional de Turismo:**-----

----- Presidente da Câmara - Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr. -----

----- Substituto - Vereador Abel da Silva de Oliveira Girão, Engº.-----

----- **Associação Diogo de Azambuja (ADA):** Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- **-Escola Profissional de Montemor-o-Velho:** Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- **-Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte:** Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- **Comissão de Protecção de Menores na Câmara Municipal de Montemor-o-Velho:** ----

----- Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- **Comissão Local de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido:**-----

----- Presidente da Câmara - Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- **Comité de Geminação:** -----

----- Vereador Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- **Comissão de Toponímia:** -----

----- Vereador José Ferreira Marques -----

----- **AD ELO:** -----

----- Presidente da Câmara - Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **-5- REGIMENTO.** -----

----- O Presidente da Câmara disse que tinha sido distribuido o documento respeitante ao Regimento, pelo que pedia a todos os Vereadores, que fizessem uma leitura cuidada e que participassem na sua leitura crítica, para que na próxima reunião ordinária o pudessem discutir, a fim de fixarem em definitivo o novo Regimento do Executivo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que o Regimento seja discutido na próxima reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **-6- PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA
À CÂMARA MUNICIPAL.** -----

----- O Presidente da Câmara disse que ao iniciar-se um novo período de funcionamento de Gestão Municipal, de um projecto de desenvolvimento julgava que era extremamente importante, ter-se uma visão neutra da postura política-partidária, sobre a situação que tem hoje este Município e que sobretudo irá possibilitar ter uma visão pragmática, face àquilo que foi a transferência real do Executivo anterior para este novo Executivo. -----

----- Por isso, e antes que houvesse uma leitura política, que poderia forçosamente descambar numa leitura partidária, julgando que a delicadeza da situação e sobretudo a transparência da mesma, requeria que aquele processo fosse responsabilizado numa entidade de credibilidade externa, que não misturasse os objectivos, com qualquer outra análise supérflua e decerto acessória que nem sequer se prendia com o objectivo número um. -----

----- Disse ainda que, este objectivo era dar uma leitura clara de situação financeira, de todos os compromissos hoje existentes, da sua disponibilidade em termos do compromisso para o projecto futuro e em segunda instância, proceder de uma forma técnica e correcta,

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

a um enquadramento que lhes permita, aquilo que julgava que no curto prazo dos próximos seis meses, seria inevitavelmente necessário, ou seja a sua reorganização funcional. Ali iria estar mais uma demonstração cabal de que não poderia ser apenas uma leitura imediatista e autónoma da maioria, mas do conjunto do Executivo.-----

----- Prendia-se então aquele raciocínio, à questão inevitável de uma nova reestruturação da Câmara, dos seus serviços, de uma valorização clara dos seus recursos e sobretudo da apresentação de uma orgânica funcional que venha ao encontro de um novo milénio de um novo designio e sobretudo de um novo projecto que pensava que tinham que encarar. -----

----- Dentro desse âmbito, apresentava uma proposta de auditoria financeira à Câmara Municipal , que devia incidir sobretudo em duas áreas claras: uma estritamente financeira, análise do passivo total, conciliado a trinta e um de Dezembro de dois mil e um, distinguindo claramente o curto prazo, isto era, responsabilidades que lhes foram transmitidas até trinta e um de Dezembro de dois mil e dois do médio e longo prazo, caracterizando cada um dos compromissos daquele médio e longo prazo, que sobretudo decorrem dos empréstimos actualmente existentes. -----

----- Dentro daquele aspecto havia que aferir, da totalidade das dividas existentes à autarquia, quer de execução orçamental, quer de compromissos obtidos de médio e longo prazo de outros actos. Correlacionados estes dois aspectos, obter-se uma visão idónea e transparente sobre a disponibilidade e capacidade de endividamento que o Município possui a parti de agora. Também ainda dentro daquela área financeira, proceder à conferência e conciliação de disponibilidades, que o Município tem, e por fim, corporizar de uma forma transparente todos os compromissos transitados por conta do investimento em curso ou adjudicado e em especial focar e analisar o projecto da Pista de Remo. -----

----- Este era o contexto financeiro do pedido daquela auditoria, complementada com o contexto organizacional e funcional, permitirá a uma entidade externa apresentar uma memória descritiva das preocupações que hoje são patentes, não só no enquadramento da legalidade do funcionamento das autarquias locais, mas também procurando cada vez mais e, assim são as exigências da população; ter um serviço célere, funcional, e sobretudo habilitado em termos de orgânica, de poder responder aos principais desafios, que hoje se tem na prestação de um serviço público, a um munícipe que não só os elegeram como paga através das suas contribuições para Ter um atendimento profissional. -----

----- Mais disse que, para fundamentar ainda a sua proposta sugeria a abertura de um concurso limitado a cinco entidades, não se inibindo de sugerir alguns nomes que são

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

comuns e conhecidos, dentro daquela área, como entidades de âmbito nacional com experiência, valor e que pressuporão um trabalho idóneo e isento. -----

----- Apelava sobretudo a uma visão clara, quando apresentou aquela proposta de ter distinguido uma auditoria financeira de uma proposta de auditoria e parecer na organização e funcionamento, porque tinha a consciência de que a primeira era mais oportuna e inevitável, num curto espaço de tempo, enquanto que a outra, para se ter uma resposta cabal e sobretudo mais adequada poderá ter, em termos temporais, uma resposta mais demorada. -----

----- Deixava, contudo, aos serviços a indicação de três entidades, que poderão merecer sem reparos, aquela isenção e aquela idoneidade, falava de entidades como "Andersen", "Pricewaterhous e Coopers" e "Deloitte & Touche", que eram empresas, que no âmbito daquela matéria, estavam acima de qualquer circunstancialismo local ou regional e que tinham uma grande experiência naquela matéria, vir a responder aos seus anseios. -----

----- Deixava no entanto em aberto, a possibilidade de serem acrescentados outros nomes de entidades, aos que tinha referido, que poderão estar em igualdade de confrontação. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, para dizer que manifestava a sua concordância em relação à realização de uma auditoria financeira à Câmara Municipal, achando que fazia parte da mudança de ciclo, pelo que era justo que se fizesse não só para quem cessou funções, mas também para quem iniciava as suas funções. -----

----- Aquilo que se atrevia a sugerir, era que a análise não fosse apenas economicista, porque isso normalmente era a tendência em que se caía dentro daquelas áreas, faziam-se avaliações financeiras e não se faziam avaliações técnicas, a outros níveis de qualidade, sugerindo portanto, apenas que houvesse a preocupação nessa auditoria de se fazerem também algumas referências em termos de conteúdo e não apenas meramente financeiros. Parecia-lhe que, uma coisa sem a outra não era possível, para que se pudesse dar lugar a uma avaliação adequada e correcta, ainda por cima partindo-se do princípio que aquele documento que havia de ser levado à Praça Pública e aos órgãos competentes seria também uma excelente ajuda, para quem estava no momento a iniciar funções. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----7- NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DAS ACTAS DA CÂMARA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- MUNICIPAL -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Nos termos do número dois do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro proponho como Secretário das actas da Câmara Municipal a Directora de Departamento de Administração Geral - Dr^a Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA** -----

----- **1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.** -----

----- **1- CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO:** -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Proponho que sejam constituídos cinco fundos de maneo, no valor de duzentos e cinquenta Euros cada, a favor de: -----

----- Presidente da Câmara - Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr. -----

----- Vereador em Regime de Tempo Inteiro - Pedro Manuel Monteiro Machado, Dr. -----

----- Vereador em Regime de Tempo Inteiro - Abel da Silva de Oliveira Girão, Eng^o. -----

----- Directora de Departamento de Administração Geral - Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr^a. -----

----- Director de Departamento de Obras e Investigação Operacional - Adelino Caridade Miranda, Eng^o. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **2- SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS.** -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- Nos termos do artigo dezassete da Lei número vinte e nove barra oitenta e sete de trinta de Junho foi presente o Boletim Individual de Adesão de Acidentes Pessoais dos eleitos locais com as respectivas coberturas coberturas e capitais seguros o qual consta como documento anexo à presente acta sob o número um. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade efectuar o Seguro de Acidentes Pessoais dos Membros da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos montantes constantes do documento anexo. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS -----

-----1- NOMEAÇÃO DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELAS----- ----- EXECUÇÕES FISCAIS.-----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Nos termos do número um do artigo cinquenta e oito do Dec.-Lei número duzentos e quarenta e sete barra oitenta e sete de dezassete de Junho, proponho como funcionário responsável pelas Execuções Fiscais, a Técnica Superior de Primeira Classe Maria Albertina Maranh Camarneiro e como substituto nas suas faltas e impedimentos a Chefe de Secção, Maria Helena Couceiro Mendes das Neves Nunes de Oliveira.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- NOMEAÇÃO DO FUNCIONÁRIO SUBSTITUTO DO----- ----- TESOUREIRO. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Nos termos do número um do artigo dezoito do Decreto-Lei, número duzentos e quarenta e sete barra oitenta e sete de dezassete de Junho, proponho funcionário substituto do Tesoureiro nas suas faltas e impedimentos, a Chefe de Secção Maria Helena Couceiro Mendes das Neves Nunes de Oliveira. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

-----3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

-----1- ACIDENTES DE VIAÇÃO-----

-----ACIDENTE DE VIAÇÃO OCORRIDO COM O MUNÍCIPE PAULO

----- SÉRGIO LOURENÇO PÓVOA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Foi presente uma informação dos Serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dois. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços e parecer da Síndica, deliberou por unanimidade, assumir os prejuízos causados na viatura pertença de Paulo Sérgio Lourenço Póvoa, no montante de noventa e três euros e setenta e sete cêntimos (dezoito mil e oitocentos escudos). -----

----- **ACIDENTE DE VIAÇÃO OCORRIDO COM O MUNÍCIPE PEDRO MANUEL BRAGA CHOROSA** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número três. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços e parecer da Síndica, deliberou por unanimidade, assumir os prejuízos causados na viatura pertença de Pedro Manuel Braga Chorosa, no montante de oitenta e dois euros e cinquenta e dois cêntimos (dezasseis mil quinhentos e quarenta e três escudos). -----

----- **ACIDENTE DE VIAÇÃO OCORRIDO COM O MUNÍCIPE AIDA DE JESUS M. RIBEIRO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número quatro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços e parecer da Síndica, deliberou por unanimidade, assumir os prejuízos causados na viatura pertença de Aida de Jesus M. Ribeiro, no montante de dois mil seiscientos e vinte e oito euros e noventa e seis cêntimos (quinhentos e vinte e seis mil oitocentos e oitenta e seis escudos). -

----- **ACIDENTE DE VIAÇÃO OCORRIDO COM O MUNÍCIPE ANTÓNIO AUGUSTO SANTOS TORRES** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número cinco. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços e parecer da Síndica, deliberou por unanimidade não assumir os prejuízos causados na viatura pertença de António Augusto dos Santos Torres. -----

----- **ACIDENTE DE VIAÇÃO OCORRIDO COM O MUNÍCIPE ALCIDES GOMES MALHÃO** -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços, relativamente ao assunto em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número seis. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

-----A Câmara tomou conhecimento e face à informação prestada pelos Serviços, deliberou por unanimidade não assumir os prejuízos causados na viatura pertença de Alcides Gomes Malhão. -----

----- Estas deliberações foram aprovadas em minuta para os efeitos imediatos. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Emidio Fidalgo para dizer que, em relação à questão exposta, achava que haviam sempre artimanhas seja com o actual Executivo, seja com qualquer outro Executivo. Na questão das redes viárias acontecem sempre algumas coisas em que é necessário alguma atenção e normalmente os serviços jurídicos devem fazer uma análise apurada em relação a essa matéria. -----

----- Se os serviços detectarem ou forem informados que existe um buraco, a primeira medida pode ser a de colocar um sinal, mas não impede que, uma pessoa qualquer lá passe logo a seguir e retire o sinal e o coloque para trás de um muro, ou por exemplo o leve. E, para todos os efeitos, juridicamente, não está sinalizado e houve a preocupação nomeadamente da Câmara Municipal de colocar lá um sinal. Isto tudo acaba por ser muito complicado. Não sabia qual seria a melhor maneira de resolver o assunto, iria ser uma questão que iria acontecer constantemente e achava que com uma eficácia da parte da fiscalização poderá ser resolvido o assunto. -----

----- Todos os processos que vêm devidamente fundamentados, têm que Ter um tratamento de forma diferente, mas, quem escreve a dizer que teve um estrago no valor de X e em que não há fundamentação nenhuma é uma situação um pouco mais complicada.

----- Além disso, todos os processos devem ser analisados e dar-lhes uma sequência a todos da mesma forma, quer seja do passado, quer sejam do presente, quer sejam no futuro e tentar de algum modo enquadrá-los sempre da mesma forma, sem que com isso haja desacordo na opinião pública, ou que alguém apareça a criticar por isto ou por aquilo. -----

-----2- ESCOLA PRIMÁRIA E JARDIM DE INFÂNCIA DO TOJEIRO –

----- ORÇAMENTO DA EDP, SA. -----

----- O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

----- Foi presente um orçamento da E.D.P., relativo ao aumento de potência de energia eléctrica, na escola em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número sete, no montante de oitocentos e oitenta euros e seis cêntimos (cento e setenta e seis mil quatrocentos e trinta e seis escudos), acrescido do IVA à taxa legal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar o aumento de potência e conseqüentemente o seu pagamento no montante atrás indicado. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **3.1.2. – SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO.** -----

----- **3.1.3. – SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.** -----

----- **3.1.4– SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO.** -----

----- **4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL** -----

----- **4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO** -----

----- **4.2. DIVISÃO DE DESPORTO** -----

----- **4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE** -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, doze horas e quinze minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr^a.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Janeiro de 10